



A **Lista 2 Nova Esperança** teve a sua génese em 2001 e desde então tem-se assumido como um movimento social composto por pessoas independentes, de diversas etnias e culturas, provenientes dos mais variados sectores sociais, que defendem uma visão humanista da sociedade, a defesa intransigente dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a solidariedade social, a justiça, o desenvolvimento do actual sistema político e associativo, o reforço do princípio democrático (vide ponto 1) e o incremento da participação dos cidadãos nos assuntos públicos de acordo com a Lei Básica da RAEM.

Nas eleições, por voto livre e democrático, para a Assembleia Legislativa em 2005, a **lista 2 Nova Esperança** elegeu um deputado.

O deputado eleito, directamente, pela “Nova Esperança”, cumprindo a sua obrigação de fiscalização da actividade governativa, apresentou, na Assembleia Legislativa, cerca de 135 interpelações escritas dirigidas ao Governo, 39 intervenções antes da ordem do dia e 10 interpelações orais, nas mais diversas áreas, sempre em defesa das pessoas e dos interesses de Macau.

Foram atendidos, directamente, mais de 15 mil cidadãos para resolução dos problemas relacionados, por exemplo, com o emprego, habitação, saúde e segurança social, pequenas e médias empresas, cultura, arte, tratamento de discriminação, exercício das actividades turísticas, pagamento de indemnizações, prejuízos causados pelos tufões e inundações, questões da função pública entre outros.

No exercício da competência legislativa, apresentou dois projectos de lei sobre a liberdade sindical e negociação colectiva.

Contribuiu directamente para a melhoria das propostas de lei apresentadas pelo Governo. Apenas a título de exemplo, na área dos direitos dos trabalhadores onde apresentou muitas sugestões para melhorar a proposta de lei das relações de trabalho e a chamada de atenção para a aplicação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); a proposta de lei

sobre as competências legislativas da Assembleia Legislativa e do Governo, inicialmente denominada “Enquadramento das leis e dos regulamentos administrativos”; “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”; “Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia”; opôs-se à diminuição de 16 anos para 14 anos da idade imputabilidade penal; opôs-se à descaracterização do regime penal, lutando para que a dignidade humana permaneça como princípio estruturante deste Código.

A **Lista 2 Nova Esperança** apresenta-se às eleições de 2009 com o mesmo espírito com que surgiu em 2001 e 2005 cumprindo integralmente todas as suas promessas e em algumas situações excedendo o que foi prometido. A defesa primordial e intransigente dos direitos e interesses dos habitantes da RAEM, que pretendem conviver em plena democracia e harmonia de acordo com a Lei Básica. Esta lista, vai lutar intransigentemente contra o conluio entre os governantes e alguns empresários influentes, apoiar o combate contra a corrupção, principalmente aquela que ocorre ao mais alto nível governativo, lutar pela transparência dos actos governativos e exigir que os titulares dos principais cargos políticos assumam pessoalmente as responsabilidades políticas e outras, pelos erros administrativos das suas decisões, mesmo que executadas por interpostas pessoas.

Defendemos uma política de desenvolvimento económico e social sustentado, acabando com o todo o tipo de tráfico de influências para obtenção de dividendos económicos, eliminação dos monopólios legais e artificiais em domínios das diversas actividades económicas, designadamente a dos géneros alimentícios, **sem nunca esquecer que é no interesse dos residentes de Macau que deve estar o centro de todas as atenções e mudanças.**

O programa que propomos, resulta de muitas opiniões recebidas dos cidadãos de Macau.

Para o efeito, assumimos os seguintes compromissos:

1. Evolução política do sistema democrático

1.1 O reforço da Democracia e o alargamento da representatividade política é uma aposta que a RAEM tem de vencer. Queremos um Chefe do Executivo e uma Assembleia Legislativa mais representativa da vontade popular. Lutaremos para que nas eleições para a Assembleia Legislativa, em 2013, a maioria dos deputados eleitos indirectamente e os deputados nomeados, sejam gradualmente eleitos pela via directa.

Queremos que, em 2014, o Chefe do Executivo seja eleito por sufrágio directo, envolvendo assim todo o povo, num processo relevante da RAEM. A eleição democrática dos detentores de cargos políticos é decisiva para garantir a legitimidade do exercício do poder e contribuirá para a estabilidade social e o desenvolvimento económico da RAEM.

A Lei Básica da RAEM permite uma evolução democrática na eleição dos deputados para a Assembleia Legislativa e do Chefe do Executivo e esta evolução já podia ter acontecido nas eleições que vão decorrer para estes dois órgãos, em 2009, mas o governo impediu que tal acontecesse.

2.2 No exercício da competência legislativa, defendemos Macau, como uma “Região de Direito” no âmbito do alto grau de autonomia concedido pela Lei Básica.

Tendo em conta o princípio “um país dois sistemas”, defendemos a consolidação do ordenamento jurídico da RAEM no respeito pelos princípios e valores fundamentais consagrados no sistema jurídico e que se baseiam na inviolabilidade da dignidade humana e nos direitos, liberdades e garantias dos residentes de Macau.

Defendemos as seguintes prioridades:

- Apresentação de projectos de lei de bases sectoriais que delimitem de uma forma clara e rigorosa a acção governativa, nomeadamente, uma lei de delimitação dos sectores estratégicos e fundamentais para a RAEM e o estabelecimento de critérios mais rigorosos para a concessão de serviços públicos essenciais como a energia, a água, os transportes públicos, telecomunicações e vias de comunicação;
- Revisão da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais, com a consagração do

princípio da estabilidade do posto de trabalho, garantindo que um trabalhador não possa ser despedido sem que exista um motivo válido de despedimento;

- Proposta de uma lei de Bases da Segurança Social com vista a assegurar uma segurança social pública e universal, na base do princípio da solidariedade entre gerações.

No exercício dos poderes em matéria de fiscalização da acção governativa, defendemos uma governação que tenha em conta, primordialmente, os interesses da população de Macau, a melhoria das suas condições económicas, sociais e culturais e no combate contra as desigualdades sociais e a precarização do trabalho e da vida.

2. Habitação social e económica

- Pretendemos que o direito fundamental de arrendar e adquirir uma habitação quer seja privada, quer seja económica ou moradia social, estejam dentro dos limites da capacidade salarial dos residentes e constitua uma prioridade do Governo, evitando de todas as formas o endividamento das famílias a longo prazo. Lutaremos pela transparência do sistema e pela aceleração do processo de listas de espera na distribuição de casas sociais e económicas;
- Lutaremos, também, pela utilização racional e justa dos terrenos para beneficiar os cidadãos de Macau para poderem ter a sua própria habitação dentro das suas condições financeiras;
- A restauração das casas velhas e danificadas deve ser apoiada, permitindo aos cidadãos ter um ambiente de habitação confortável. Deve ser apoiada a segurança, higiene e correcta administração, em particular dos edifícios baixos com poucos andares;
- Somos contra a implementação de medidas pelo Governo que influenciem o aumento do preço dos imóveis;
- O governo tem a obrigação de proceder à abertura de concursos de casas do Estado para os trabalhadores da função pública, evitando que as mesmas sejam distribuídas a belo prazer, sem critérios racionais e de duvidosa legalidade.

3. Saúde

O direito a assistência médica e medicamentosa de qualidade e gratuita constitui um direito fundamental dos residentes de Macau, pelo que lutaremos para que hajam recursos humanos e cuidados médicos de qualidade e medicamentos seguros e de óptima qualidade.

- Lutaremos para que nas Ilhas seja construído um novo hospital público acabando de uma vez para sempre com o monopólio da saúde que neste momento se encontra a ser explorada por uma minoria privilegiada;
- A cooperação médica com o exterior (junta médica ao exterior), deve ser alargada;
- Defendemos, o mais urgentemente possível, a construção de um centro para doenças contagiosas, a construção de um laboratório com qualidade a nível internacional, o reforço da contratação de médicos especializados, pessoal de enfermagem e pessoal de tratamento médico;
- Defendemos a criação da “Ordem dos Médicos”, como forma desta classe profissional contribuir de uma forma independente e organizada para a melhoria do sistema de saúde;
- Apoiaremos o incremento do investimento estrangeiro na construção de hospitais, elevando a qualidade de assistência médica, formação dos médicos locais e controlo de medicamentos;
- Lutaremos para evitar a duplicação de competências dos serviços públicos na área de saúde pública nomeadamente o IACM, Serviços de Saúde e Serviços de Economia.

4. Educação, Cultura e Desporto

4.1. Educação

A educação é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e da RAEM.

A igualdade de oportunidades no acesso à educação é um objectivo que defendemos no sentido de formar os jovens que são o futuro da RAEM.

Defendemos as seguintes prioridades:

- Reestruturação do ensino privilegiando a qualidade técnico pedagógica, com ênfase no ensino da matemática, línguas e disciplinas criativas;
- No ensino superior devem ser criados novos cursos adequados ao desenvolvimento económico de Macau e saídas profissionais;
- Os residentes de Macau não podem ficar prejudicados pelo défice de vagas no acesso ao ensino superior quer nas universidades públicas quer nas privadas, quando estas sejam subsidiadas pelo erário público;
- Ensino gratuito nas instituições públicas de ensino superior e redução das propinas nas instituições que forem subsidiadas pelo governo;
- Estabilidade e adequação salarial de acordo com a natureza das funções dos professores; estabilidade e segurança profissional dos professores do sector privado;
- Instituição de um regime de previdência obrigatório para todos os professores do sector privado;
- Instituição no sector do ensino privado, de um sistema de regalias sociais, tais como subsídios idênticos aos professores da função pública;
- Reforço da formação de professores habilitados para o ensino de estudantes com necessidades especiais;
- Reforço do ensino da educação sexual nas escolas públicas e privadas;
- Instituição de um sistema obrigatório para acompanhamento dos alunos a fim de evitar o insucesso escolar;
- Programas de acção social escolar dirigidos especialmente aos alunos mais carenciados para evitar o abandono escolar;
- Programas especiais de ensino preventivo que alertem para o prejuízo do vício das drogas e do jogo;
- Reforçar a educação cívica para que os jovens possam ter o conhecimento do sistema político de Macau e desenvolver o sentido de pertença e amor por Macau, utilizando o ensino, também através da Internet;
- Elevar o nível de conhecimentos de línguas dos estudantes, elevar a qualidade de ensino das disciplinas de matemática, criatividade para enfrentar as exigências da globalização e desenvolvimento da sociedade para formação de peritos e para que Macau possa ser uma plataforma de comércio e de realização de convenções, e de turismo;
- Preparar os jovens para serem empreendedores, para que após a formação possam ter novas oportunidades.

4.2. Cultura

Defendemos as seguintes prioridades:

- Devem ser apoiados projectos culturais sem que haja qualquer dirigismo do governo, de forma a incentivar a liberdade criativa dos agentes culturais e dinamizar a criação cultural na RAEM;
- O património edificado bem como as áreas subjacentes têm de ser protegidas de toda e qualquer especulação imobiliária;
- Defendemos o reforço de verbas destinadas à preservação e recuperação do património, bem

como para a formação de quadros locais especializados nesta vertente;

- Limitação da altura da construção de novos edifícios para protecção do património mundial da UNESCO, reforço da divulgação de Macau como património mundial para atrair mais turistas e como ponto de promoção, para dar oportunidades de negócios às pequenas e médias empresas;
- Defendemos o desenvolvimento do turismo cultural promovendo os temas culturais inerentes ao património da RAEM;
- Defendemos o reforço no apoio aos artistas locais, na preservação do seu legado histórico e o apoio aos jovens artistas no âmbito de infra-estruturas para a execução das actividades artísticas bem como o apoio directo financeiro para o desenvolvimento sustentado do meio artístico local;
- Defendemos a elevação do nível de qualidade dos artistas, e o apoio às diferentes actividades culturais da sociedade, garantindo a disponibilidade dos recintos públicos para responder às solicitações dos artistas na realização das suas actividades;
- Defendemos a justiça e igualdade para todas as associações, nomeadamente as que representam os Países de Língua Portuguesa, bem como para todos as associações objecto de descriminação, na obtenção dos subsídios para a realização das suas actividades.

4.3. Desporto

Defendemos as seguintes prioridades:

- Reforço das infra-estruturas desportivas para que os residentes tenham acesso à prática desportiva livre e gratuita;
- Apoio em pé de igualdade, aos desportistas locais no âmbito da profissionalização desportiva;
- Não concordamos com interferência do Governo na liberdade de desenvolvimento desportivo, nomeadamente nas modalidades olímpicas;
- Fiscalização da concessão de subsídios aos desportistas de forma que todos possam ser tratados com justiça e igualdade;
- Incremento do desporto para todos de forma que todas as associações e residentes possam utilizar com igualdade os recintos públicos.

5. Trabalho e segurança social

5.1. Trabalho

A lei laboral aprovada na legislatura anterior deve ser revista em muitos aspectos negativos para os trabalhadores.

Aquando da aprovação da lei laboral na Assembleia Legislativa o deputado eleito pela “Nova Esperança”, bateu-se contra as normas que prejudicavam os trabalhadores. Propôs, por exemplo, que fosse eliminado o despedimento sem justa causa questionando de que servia estar a atribuir direitos na lei para depois o trabalhador poder ser despedido sem justa causa?

Como pode um trabalhador reivindicar os seus direitos se sabe que pode ser despedido sem justa causa.

- Propomos a revisão da Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais, com a consagração do princípio da estabilidade do posto de trabalho, garantindo que um trabalhador não possa ser despedido sem que exista um motivo válido de despedimento relacionado, o que pressupõe a alteração da Lei das Relações de Trabalho; Reforço da fiscalização nas concessionárias de serviços públicos no sentido de acabar com a fraude nos registos de assiduidade dos trabalhadores, evitando o pagamento de horas extraordinárias;
- As Convenções da Organização Internacional

do Trabalho (OIT), em vigor em Macau, devem ser aplicadas. O governo não pode continuar a ignorar os compromissos que assumiu e tem de aplicar estas Convenções. Na Assembleia Legislativa o deputado eleito pela “Nova Esperança”, pediu que as Convenções da OIT fossem aplicadas na RAEM;

- Vamos continuar a apresentar na Assembleia Legislativa, um projecto de lei que consagre a liberdade sindical e o direito dos trabalhadores se organizarem e negociarem de forma colectiva, tal como estipula a Lei Básica e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho em vigor;
- Os direitos dos trabalhadores são direitos humanos e leis laborais justas contribuirão para o desenvolvimento da RAEM e para a harmonia social.

5. 2. Segurança social

Defendemos as seguintes prioridades:

- Somos contra a política de subsídios indiscriminados, mas a favor da criação de um sistema público de segurança social e a concessão de apoios financeiros a quem deles necessita;
- Estabelecimento de um salário mínimo que garanta um nível existencial com dignidade a todos os trabalhadores;
- Criação de Fundo de Previdência obrigatória para todos os trabalhadores da privada;
- Aposta na formação profissional e na melhoria da qualificação profissional dos trabalhadores locais;
- Aprofundar e desenvolver um sistema público de segurança social participado por todos, Governo, empregadores e trabalhadores;
- Criação de um “rendimento social mínimo de inserção” e de um “complemento de solidariedade para os idosos”;
- Protecção dos direitos das classes mais vulneráveis, nomeadamente, os idosos, órfãos, famílias mono parentais, deficientes, e pessoas com doenças prolongadas;
- Construção de asilos para idosos nas zonas disponíveis, para enfrentar o envelhecimento da população e possibilitar a concessão de terrenos para os interessados na construção de asilos privados para idosos;
- Legislação para o combate à violência doméstica;
- Os subsídios disponibilizados pelo governo para os assistentes sociais devem-lhe ser atribuídos directamente e na totalidade; As instituições educativas quer sejam públicas quer particulares devem colaborar directamente com estes profissionais para resolução atempada dos problemas designadamente problemas que afectam directamente os jovens e suas famílias.
- Criação da carreira profissionalizante de assistente social;
- Alteração da Lei das Relações de Trabalho para que as licenças de maternidade possam ser aumentadas de 56 dias para 90 dias, para garantir a saúde das mulheres e dos recém-nascidos;
- Fiscalizar o Governo no combate à discriminação das mulheres grávidas no acesso ao emprego e na promoção nas suas carreiras no sector público e privado;
- Combate à discriminação das mulheres de idade média nas oportunidades de emprego e na promoção das carreiras;
- Organização de cursos de formação para as mulheres de idade média desempregadas e possibilidade de postos de trabalho para que elas se possam integrar na sociedade e reduzir as suas preocupações financeiras das suas famílias;

- Alteração da Lei das Relações de Trabalho para que, seguindo a legislação do ETAPM, as mulheres possam ser dispensadas uma hora por dia de trabalho para aleitamento até que os filhos completem um ano de idade;
- Reforço da construção de creches para apoio das famílias, especialmente, das mães trabalhadoras;
- Reforço da cooperação entre o Governo e as entidades de beneficência, aumentando os recursos, para apoiar as mães solteiras e as que sofrem de violência doméstica no âmbito de apoio moral, procura de creche e de emprego e centro de protecção;

Criação de um programa de apoio às vítimas dos crimes de tráfico de pessoas e de violência doméstica.

6. Desenvolvimento económico, turístico, comércio, jogo, convenções e exposições, pequenas e médias empresas, indústria, protecção ambiental.

Defendemos as seguintes prioridades:

- Reforço no controlo da indústria do Jogo no sentido de criar um bom e saudável ambiente desta actividade que é muito importante para Macau. Actualização, aprovação de legislação complementar e modernização da legislação da indústria do jogo de maneira a evitar a evasão fiscal e o aparecimento de outras actividades paralelas nefastas e conexas que podem prejudicar a estabilidade e a segurança das pessoas;
- Lutaremos pela diversificação das actividades económicas e criação de condições de atracção de investimento estrangeiro de modo a criar mais e melhores postos de trabalho para os residentes de Macau. Maior controlo e melhor distribuição dos trabalhadores não residentes de maneira a colmatar temporariamente postos de trabalho ou a ausência completa de recursos humanos locais. Os trabalhadores não residentes não podem ser uma fonte de mão-de-obra barata e sem direitos, o que prejudica os trabalhadores residentes, para depois serem despedidos quando quem os contratou quiser;
- Concretizar Macau como uma plataforma no âmbito económico-comercial, cultura e desporto, para incentivar todas as Associações dos Países de Língua Portuguesa e de Macau para poderem dar o seu contributo, elevando assim a posição da utilização da língua portuguesa bem como criar mais oportunidades para novas oportunidades para as empresas de Macau;
- Exigir que o Governo altere a legislação para evitar a sobreposição de competências nos diversos serviços públicos a fim de simplificar os procedimentos administrativos para obter licenças de exploração de empresas, atraindo mais investidores estrangeiros e facilitar as empresas locais para a diversificação nos seus sectores de negócios;
- Implementar o mais rápido possível políticas de diversificação dos mercados para dar oportunidades às empresas de Macau e criar mais postos de trabalho;
- Apoiar o exercício das actividades das pequenas e médias empresas, auxiliando-as financeiramente na diversificação para ultrapassar as dificuldades de negócio;
- Apoiar os donos das empresas e empresários em nome individual para se integrarem no Fundo de Segurança Social bem como os seus familiares que trabalham com os mesmos;
- Fiscalizar e reforçar o desenvolvimento das convenções e exposições em Macau, atraindo a produção de qualidade internacional de forma

a elevar o nível das empresas locais e garantir oportunidades de negócios;

- Garantir a igualdade e justiça de oportunidades entre as empresas destas áreas, evitando os monopólios;
- Reforçar o desenvolvimento da zona fronteiriça, elevar a transparência da utilização dos terrenos para que as empresas interessadas de Macau possam ter benefícios e promover a construção de fábricas naquela zona;
- Proteger as indústrias tradicionais para garantir os postos de trabalho aos residentes locais.

7. Transporte

Defendemos as seguintes prioridades:

- Evitar o monopólio das empresas privadas na exploração do transporte público, implementar o mais rápido possível a concorrência para que os residentes de Macau possam usufruir de um serviço de melhor qualidade;
- Aumentar o número de linhas de autocarros e acabar com a exploração do não pagamento das horas extraordinárias aos condutores;
- Implementar parques de estacionamento perto dos mercados e zonas de vendilhões para facilitar o acesso aos residentes e possibilitar a descarga de mercadorias aos donos das bancas dos mercados e vendilhões;
- Garantir que a tarifa dos autocarros seja acessível à população;
- Garantir a manutenção regular dos transportes públicos para assegurar a segurança dos passageiros;
- Construir mais parques públicos para viaturas e motociclos para facilitar a vida dos cidadãos.

8. Administração Pública

Defendemos as seguintes prioridades:

- Vamos continuar a lutar contra as injustiças criadas pelos contratos individuais de trabalho, pela reestruturação das carreiras da função pública, nomeadamente as carreiras técnicas, administrativas, operários qualificados e auxiliares, condutores, carreiras especiais, de acordo com as novas exigências sociais, com o aumento do número de funcionários com habilitações superiores e a natureza das funções;
- Fiscalizar o Governo na atribuição do mesmo salário para o mesmo trabalho, para evitar que os trabalhadores sejam explorados, a longo período, retirando os seus legítimos direitos e regalias;
- Fiscalizar o Governo para o respeito do Estatuto da Administração Pública de Macau, no sentido de atribuir os vencimentos mínimos de acordo com a tabela indiciária (índice 100), não concordando com alguns serviços públicos que estão a contratar trabalhadores com índices inferiores a 100, e não atribuindo as regalias legais nomeadamente a assistência médica e medicamentosa, subsídios de família e outros subsídios;
- Lutaremos pela revisão urgente do Estatuto do Pessoal Militarizado aprovado pelo D.L. n.º 66/94/M, adaptando-o de acordo com a actual situação e nível de desenvolvimento de Macau;
- Lutaremos pela concessão da bonificação de 20% do tempo de serviço a todo o pessoal das FSM que tenha ingressado a partir de 01.01.1990, bem como a urgente actualização dos mais diversos subsídios;
- Implementar para todos os trabalhadores das Forças de Segurança seguros, para que possam receber uma indemnização em caso de acidentes por motivo de serviço;

- Defendemos a inclusão dos subsídios dos trabalhadores, bem como do pessoal das Forças de Segurança, no salário base para efeitos de cálculo de contagem do tempo de serviço para aposentação;
- Defendemos a atualização anual dos salários dos trabalhadores e das pensões de aposentação e de sobrevivência, de acordo com a taxa de inflação e o aumento do custo de vida;
- Lutaremos para que o governo cumpra em conformidade com a legislação em vigor quanto ao pagamento integral das horas extraordinárias, acabando com a exploração que tem havido nos últimos 10 anos quanto ao não pagamento ou pagamento parcial de horas extraordinárias;
- Lutaremos contra todo o tipo de injustiças, tais como abusos de poder, prepotência, discriminação étnica, sexual, linguística, estrato social, tráfico de influências, cultura de favorecimento e compadrio, incumprimento das leis, violação dos princípios básicos e estruturantes dos direitos laborais tais como para o mesmo trabalho salário igual;
- Fiscalizar o Governo para que implemente um sistema adequado, ou que respeite o ETAPM, para a promoção nas carreiras, evitando a cultura de favorecimento e compadrio, implementar um sistema de avaliação justa e transparente que afectam neste momento a moral dos trabalhadores da Função Pública;
- Fiscalizar o Governo para respeitar as regras no sentido de não obrigar os trabalhadores a frequentarem cursos fora das horas de trabalho, para que os mesmos possam ter uma vida saudável com a família;
- Uniformizar os diferentes contratos na função pública, permitindo que os contratos por assalariamento e contratados além do quadro integrem os quadros dos serviços onde trabalham;
- Contagem do tempo de serviço em regime de contrato de assalariamento e contrato além do quadro para efeitos de aposentação;
- Actualizar com urgência os subsídios, nomeadamente subsídio de residência, subsídio de família, prémios de antiguidade e chefia funcional e simplificar os procedimentos administrativos na obtenção dos referidos subsídios;

- Atribuição das moradias do Governo de Macau aos funcionários públicos de classes mais desfavorecidas, simplificação dos procedimentos de pedido de autorização para ajudar os trabalhadores com dificuldades e para evitar que as moradias sejam atribuídas aos estudantes não residentes permanentes com rendas baixas;
- Proteger o pessoal da linha de frente e garantir a atribuição de um subsídio especial e seguro de risco;
- Propor a alteração dos regulamentos com condições injustas para os trabalhadores das entidades autónomas;
- Garantir o pagamento das horas extraordinárias aos trabalhadores (incluindo as entidades autónomas) de forma que respeitem a legislação, propondo também a compensação de dias de férias quando trabalham nos feriados obrigatórios e nos dias de descanso semanal;
- Garantir a actualização das pensões e regalias dos aposentados e pensionistas de acordo com os índices actuais das categorias;
- Garantir a continuidade da atribuição das regalias nos termos da lei aos aposentados e pensionistas;
- Fiscalizar o Governo para incentivar a formação dos trabalhadores para aprendizagem das línguas chinesas e portuguesas, para colmatar a falta de bilingues;
- Dar oportunidade de promoção de carreira aos trabalhadores da área administrativa quando adquirem formação superior;
- Acabar com o limite de 300 horas anuais de horas extraordinárias pagas aos condutores, bem como a actualização do seguro por acidente de viação;
- Fiscalizaremos a implementação da proposta de alteração para 16 tipos de carreiras específicas, nomeadamente médicos, técnicos de diagnóstico terapêutico, professores, etc.

9. Ambiente

Defendemos as seguintes prioridades:

Apesar de Macau ter uma dimensão reduzida e de não haver uma concentração industrial significativa, contudo tornou-se cada vez mais numa "cidade cimento" sem qualidade de vida, descaracterizada do seu passado histórico urbanístico, com graves problemas de anonimato, pobreza envergonhada,

marginalização social, sendo necessário prestar uma especial atenção nesta área.

Apoiaremos medidas que favoreçam a protecção ambiental.

Medidas que contribuam para a utilização de energias renováveis, medidas que promovam a eficiência energética, medidas que contribuam para diminuir a poluição derivada da utilização de veículos e medidas que promovam a utilização racional da água.

Defendemos uma cidade onde haja mais espaços verdes públicos mais e melhor qualidade de vida onde as pessoas como os jovens e idosos possam conviver com muita alegria.

"TU ESTÁS PRIMEIRO"

Finalmente aproveitamos para assegurar que sendo esta candidatura composta por pessoas independentes com provas de trabalho dadas no passado, comprometemo-nos a continuar a trabalhar na defesa de todas as questões legítima e justas.

Nos últimos quatro anos fomos, na Assembleia Legislativa, e continuaremos a ser a tua voz!

Nós tralhamos para resolver os problemas das pessoas. Esta é a nossa forma de estar na política

Batemo-nos para cumprir o que prometemos. Tu estarás sempre primeiro.

Contigo, e com o Teu VOTO vamos continuar na Assembleia Legislativa a trabalhar PARA TI e por Macau, a bem dos residentes da RAEM.

TENS DIFICULDADES, TEMOS SOLUÇÕES,
TENS "NOVA ESPERANÇA"

SIM, TU PODES!

SIM, COM A LISTA 2 NOVA ESPERANÇA,
TU PODES!

- Ter os teus direitos, liberdades e garantias defendidos!
- Contar com a defesa da estabilidade no teu emprego e na vida familiar!
- Contar com a defesa do acesso a habitação, saúde e educação com dignidade!
- Ter esperança num futuro melhor num MACAU DE TODOS E PARA TODOS!



LISTA 2 NOVA ESPERANÇA, TU PODES!





Preocupamos com a vida dos idosos, visitando com frequência os asilos para dar-lhes amor e saber das suas necessidades



As mulheres transmitem as situações de injustiças e discriminação
Rita Santos



O idoso elogiou o deputado José Coutinho e a Rita Santos por terem sempre prestado, ao longo do tempo, atenção aos idosos



Rita Santos e mulheres de meia-idade discutem sobre “os problemas que as mulheres enfrentam na sociedade”



Apoiamos os cidadãos para participar nas actividades desportivas, constituindo uma equipa para integrar nas regatas internacionais de barcos de dragão



Preocupamos com a saúde dos cidadãos e fizemos uma análise de 1000 pessoas para evitar a hepatite B



Rita Santos preocupa-se com as condições de vida e problemas que a comunidade filipina enfrenta



Apoiamos na formação e na educação da nova geração, dando-lhe uma NOVA ESPERANÇA



Reivindicamos os legítimos direitos dos trabalhadores



Apoiamos os 200 proprietários das viaturas danificadas pelas cheias na garagem provenientes do tufão para reivindicar indemnização junto do Governo



Prestamos apoio aos aposentados e pensionistas para garantir as suas pensões



A participação activa dos cidadãos nos desportos em celebração do Dia Internacional do Trabalhador



O deputado José Coutinho interpelou o Governo da necessidade de elevar o moral dos trabalhadores da função pública



A grande manifestação de 06 de Junho de 2009- para lutar pela dignificação das carreiras da função pública, o deputado José Coutinho levou para rua 2000 trabalhadores



Movimentámos os trabalhadores da função pública para contribuir os donativos para a calamidade de Sichuan



A Associação de Cooperação dos Lojistas de Macau agradece o apoio prestado pela Rita Santos e oferece o quadro – "Dedicação à Sociedade"



A Lista Nova Esperança dá apoio o futuro dos jovens



Nove horas de greve de fome para lutar pela criação de Fundo de Previdência obrigatória para todos os trabalhadores



Respondendo às solicitações do pessoal de enfermagem, discutimos sobre a possibilidade de elevar o índice para 480

2

MACAU DE TODOS E PARA TODOS



新希望

Nova Esperança



VOTA LISTA 2 NOVA ESPERANÇA



我哋淪為二等公務員!
 打高一 壓屬視 算加同 帳薪仁 有低要 撈行道 合職歧 同程視 度修基 制改階 最閉確 唔好做 好做請!



澳門特別行政區
 行政長官
 何厚鏞先生台鑒

Grande manifestação em 29 de Setembro de 2008 para manifestar o nosso desagrado pelo despedimento sem justa causa e pela injustiça nas carreiras da função pública



**CORAGEM
 E
 FRONTALIDADE**